

HABEAS CORPUS Nº 482.977 - DF (2018/0327816-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E
DOS TERRITORIOS
PACIENTE : WALTER PEREIRA DE LIMA JUNIOR (PRESO)

DECISÃO

WALTER PEREIRA DE LIMA JUNIOR alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** (Revisão Criminal n. 0714109-79.2018.8.07.0000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, **em decisão já transitada em julgado**, à pena de 12 anos e 5 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, c/c o art. 40, V, todos da Lei n. 11.343/2006.

A defesa pleiteia, por meio deste *writ*, seja reduzida a pena-base imposta ao réu em relação a ambos os delitos.

Não houve pedido de liminar e, diante da suficiente instrução dos autos, foi dispensada a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração, com a concessão de habeas corpus, de ofício, "para redimensionar a pena-base aplicada ao réu, em obediência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade das penas, afastando a valoração negativa pelos motivos do crime" (fl. 124).

Decido.

É importante salientar que a condenação do acusado, após o trânsito em julgado, já foi submetida à nova avaliação pela Corte estadual, ocasião em que não se identificou nenhuma das hipóteses que poderiam

autorizar a revisão do que decidido pelas instâncias ordinárias: a) sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos; b) sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos; c) descoberta, após a sentença, de novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena (art. 621 do Código de Processo Penal).

Ademais, a Corte de origem, por ocasião do julgamento da **revisão criminal**, destacou que (fl. 111):

Ora, a revisional baseada no art. 621, I, do CPP, não abre campo para nova dosagem de pena ou simples aplicação de novos entendimentos jurisprudenciais. A segurança jurídica que dimana do efeito da coisa julgada só pode ser quebrada mediante prova de contrariedade ao texto expresso da lei ou à evidência dos autos.

Não há, no caso, contrariedade ao texto expresso de lei ou à evidência dos autos. E, à época do julgamento em segundo grau, foi seguido o entendimento jurisprudencial então plenamente aceito, não cabendo revisão criminal para fazer prevalecer, retroativamente, nova posição da jurisprudência, posterior ao trânsito em julgado da condenação.

Portanto, uma vez que, tanto por ocasião da sentença condenatória quanto no julgamento da apelação, houve uma análise minudente e profunda dos elementos probatórios colacionados aos autos, em que se demonstraram os motivos pelos quais a condenação do acusado seria **substancialmente justa e harmônica** com as provas produzidas, não há razões para o processamento deste *writ*, em que se discute, novamente, matéria que já foi verticalmente analisada, inclusive já submetida à revisão criminal.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator